

# licitações legais

Umuarama Ilustrado  
Umuarama, quinta-feira  
30 de agosto de 2012

leis@ilustrado.com.br

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná  
PORTARIA Nº 1707/2012  
Concede férias aos ocupantes de cargo em comissão do Município de Umuarama.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,  
R E S O L V E:  
Art. 1º. Conceder férias aos servidores do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:  
ITEM NOME DO SERVIDOR RG CTPS SECRETARIA CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
1 Agnes Guedes de Lívio Neves 6.712.041-8 SSP-PR 9674025 0010 PR Saúde Agente Comunitário 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
2 André Ricardo de Souza Silva 6.889.937-7 SSP-PR 5095 0005 PR Saúde Agente Comunitário 2011/2012 17.09.2012 a 06.10.2012  
3 Cícera Quintino dos Santos 35.008.206-58 SSP-PR 009458 0526 PR Saúde Zeladora 2010/2011 12.09.2012 a 11.10.2012  
4 Cristiane Fernandes de Mello Villela 7.037.099-9 SSP-PR 19303 00048 PR Saúde Agente Comunitário 2011/2012 18.09.2012 a 07.10.2012  
5 Eliana Regina Rodrigues Louva 1.567.124 SSP-PR 00529 0948 PR Saúde Aux. Enfermagem 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
6 Eliane de Fátima Lopes de Deus 5.061.322-9 SSP-PR 9479353 0010 PR Saúde Aux. Enfermagem 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
7 Jacira Florência dos Prazeres 2.136.757 SSP-PR 76660 28 PR Saúde Zeladora 2010/2011 03.09.2012 a 02.10.2012  
8 Jocemere Aparecida de Souza 1.872.061-1 SSP-PR 920 0005 PR Saúde Agente Comunitário 2011/2012 10.09.2012 a 28.09.2012  
9 Lihyan Helediane Setenchem Belli 6.207.781-6 SSP-PR 0669163 0020 PR Saúde Psicóloga 2010/2011 24.08.2012 a 22.09.2012  
10 Marinêda de Moraes Bruno 8.522.394-6 SSP-PR 1315226 0010 PR Saúde Agente de Saúde 2011/2012 21.09.2012 a 20.10.2012  
11 Mary Clemente Marcelino Vieira 5.831.191-9 SSP-PR 9787 0001 PR Saúde Aux. Enfermagem 2011/2012 17.09.2012 a 06.10.2012  
12 Sandra Juraci de Moraes 4.084.458-9 SSP-PR 0098195 0005 PR Saúde Aux. Enfermagem 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
13 Sílvia Aparecida de Moraes 5.831.191-9 SSP-PR 0098195 0005 PR Saúde Aux. Enfermagem 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
14 Sueli Aparecida Vieira do Amaral 6.249.708-4 SSP-PR 88276 00010 PR Saúde Saúde 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012  
15 Valdinei Aparecida Antonucci 4.361.197-6 SSP-PR 2002 00039 PR Saúde Aux. Enfermagem 2010/2011 17.09.2012 a 16.10.2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.  
PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2012.  
MOACIR SILVA  
Prefeito Municipal  
ARMANDO CORDTS FILHO  
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1708/2012  
Concede férias aos ocupantes de cargo em comissão do Município de Umuarama.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,  
R E S O L V E:  
Art. 1º. Conceder férias aos servidores do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:  
ITEM SERVIDOR RG CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
1 Alexandre Severo 001.599.034 SSP-PR Educação Assessor Especial II 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012  
2 André Ricardo de Souza Silva 6.889.937-7 SSP-PR Educação Assessor Especial III 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012  
3 Angelo Donizete Galmassi 3.509.932-8 SSP-PR Fazenda Assessor Especial I 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
4 Antônio Carlos da Cruz 1.565.102-4 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Chefe de Divisão 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
5 Aparecida de Souza 1.565.102-4 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Chefe de Divisão 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
6 Benedito Moreno dos Santos 1.371.886 SSP-PR Indústria e Comércio Chefe de Divisão 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012  
7 Claudemir Oliveira Martins 2.241.388 SSP-PR Administração Assessor Especial II 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
8 Edy Carlo Pereira da Silva 6.369.402-6 SSP-PR Fazenda Assessor Especial II 2011/2012 10.09.2012 a 19.09.2012  
9 Jose Antonio Marques da Silva 1.203.317 SSP-PR Fazenda Assessor Especial I 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
10 Kelly Cristina Lisboa da Silva 5.336.553-1 SSP-PR Planejamento e Habitação Assessor Especial I 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
11 Marcelo Sandro Siqueira da Silva 1.806.201 SSP-SC Fazerda Assessor Especial II 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
12 Mario Janiob Filho 3.171.756 SSP-PR Obras e Urbanismo Assessor Especial I 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
13 Nilson Alton de Moraes 5.183.329-5 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Assessor Especial II 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
14 Paulo Henrique de Almeida 10.538.391-6 SSP-PR Indústria e Comércio Assessor Especial II 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
15 Paulo Túnis Colucci 3.803.847-8 SSP-PR Assistência Social Assessor Especial II 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
16 Roberto Sangalli 1.814.236-2 SSP-PR Indústria e Turismo Chefe de Divisão 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
17 Selma Gonçalves Rodrigues Menezes 10.204.600-5 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Assessor Especial III 2011/2012 17.09.2012 a 06.10.2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.  
PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2012.  
MOACIR SILVA  
Prefeito Municipal  
ARMANDO CORDTS FILHO  
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1709/2012  
Concede férias aos servidores do Município de Umuarama.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,  
R E S O L V E:  
Art. 1º. Conceder férias aos servidores do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:  
ITEM NOME DO SERVIDOR RG CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
1 Adolfo Pedro dos Santos 3.198.010-0 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Placultor Hort. 2010/2011 03.09.2012 a 02.10.2012  
2 Adilson Junior Jorge 7.577.546-6 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Servente Geral 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
3 Aguiar dos Santos 5.835.463-5 SSP-PR Administração Servente Geral 2010/2011 03.09.2012 a 22.09.2012  
4 Alton Dopp 5.495.780-0 SSP-PR Obras e Urbanismo Encanador 2010/2011 03.09.2012 a 22.09.2012  
5 Allan Pedro Gonçalves 6.152.939-5 SSP-PR Defesa Social Servente Geral 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
6 Amauri Martins Carvais 4.269.581-5 SSP-PR Fazenda Aux. Cadastro Imobiliário 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012  
7 Andre Schmidt Franca 6.222.874-9 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Motorista II 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
8 Antonio Augusto de Oliveira 6.522.243 SSP-PR Defesa Social Servente Geral 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
9 Aparecido Carlos 1.388.966 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Servente Geral 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
10 Benedito Soares 4.882.462-5 SSP-PR Assistência Social Motorista II 2010/2011 10.09.2012 a 29.09.2012  
11 Carlos Alberto Neves dos Santos 1.741.982-8 SSP-PR Defesa Social Aux. Serviços Gerais 2010/2011 03.09.2012 a 22.09.2012  
12 Cleonice Vieira de Souza 5.183.329-5 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Aux. Serviços Gerais 2010/2011 03.09.2012 a 22.09.2012  
13 Davai Ganancin 7.330.252-9 SSP-PR Educação Secretária Escolar 2010/2011 03.09.2012 a 22.09.2012  
14 Daniel Silva 1.817.292 SSP-PR Obras e Urbanismo Topógrafo Prático 2010/2011 03.09.2012 a 22.09.2012  
15 Edvaldo Jorge Pereira 1.344.063 SSP-PR Obras e Urbanismo Servente Geral 2010/2011 03.09.2012 a 22.09.2012  
16 Edson Luiz de Costa 1.152.939-5 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Op. Equip. Rodoviários 2010/2011 10.09.2012 a 29.09.2012  
17 Elcid Chulio Prado 4.684.365-7 SSP-PR Educação Agente Administrativo I 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012  
18 Francisco de Assis da Silva 3.962.020-0 SSP-PR Defesa Social Guarda Municipal - 1ª Classe 2011/2012 12.09.2012 a 11.10.2012  
19 Gilberto Alves de Almeida 2.379.939-5 SSP-PR Obras e Urbanismo Servente Geral 2010/2011 01.09.2012 a 05.09.2012  
20 Jamil Alexandre da Silva 880.214-9 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Motorista II 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
21 Luciano Alves Palomares 4.652.205-2 SSP-PR Defesa Social Guarda Municipal - 2ª Classe 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
22 Luiz Manoel 6.132.139-0 SSP-PR Obras e Urbanismo Pedreiro 1999/2000 06.09.2012 a 25.09.2012  
23 Luiz Manoel 4.964.335-5 SSP-PR Educação Auxiliar Administrativo 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
24 Maria Cristina Rodrigues 6.300.621-9 SSP-PR Aux. Serviços Gerais 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
25 Maria Terezinha Sulca Ferreira 3.816.949-1 SSP-PR Administração Aux. Serviços Gerais 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
26 Marlene Alves da Cunha Capito 4.472.415-3 SSP-PR Administração Telefonista 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012  
27 Mauricio de Souza 5.341.579-7 SSP-PR Educação Educ. Serviços Gerais 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
28 Nelson Gonçalves Filho 16.428.421 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Servente Geral 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
29 Camar Mendes de Neves 3.971.281-4 SSP-PR Aux. Administrativo Auxiliar Administrativo 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
30 Osvaldo Jorge Pereira 3.897.127-1 SSP-PR Obras e Urbanismo Servente de Obras 2010/2011 21.08.2012 a 19.09.2012  
31 Rêta de Cassia Funk 8.942.371-6 SSP-PR Gabinete e Gestão Integrada Assistente Administrativo 2011/2012 17.09.2012 a 06.10.2012  
32 Roberto Sangalli 1.816.030-9 SSP-PR Obras e Urbanismo Op. Equip. Rodoviários 2010/2011 10.09.2012 a 29.09.2012  
33 Sebastiana Amancio Cunha 3.960.754-9 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Aux. Serviços Gerais 2010/2011 03.09.2012 a 02.10.2012  
34 Valdecir Vioti 3.364.708-5 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Motorista II 2010/2011 03.09.2012 a 22.09.2012  
35 Wilson Domingos Pereira 16.300.209 SSP-PR Obras e Urbanismo Carpinteiro 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.  
PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2012.  
MOACIR SILVA  
Prefeito Municipal  
ARMANDO CORDTS FILHO  
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1710/2012  
Concede férias aos servidores do Município de Umuarama.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,  
R E S O L V E:  
Art. 1º. Conceder férias aos servidores do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:  
ITEM NOME DO SERVIDOR RG CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
1 Adão de Oliveira 6.445.514-1 SSP-PR CTPS SECRETARIA CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
2 Adeline Vieira Barbosa 3.463.237-5 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
3 Alino Lambert 1.813.927 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
4 Carlos Antonio Galvão 2.936.936 PR 2396 0006 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
5 Edilson José de Oliveira Dourado 8.916.449-4 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
6 Francisco Aparecido Pereira da Cruz 5.722.013-9 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
7 Ileana Aparecida Vieira 807.230 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Aux. Serviços Gerais 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
8 João Roberto Finetti 3.961.877-0 SSP-PR Fazenda Fiscal Tributário 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
9 José Antonio do Nascimento 7.591.0026 PR 7591 00026 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
10 Roberto Carlos 6.104.093 PR 6104 0093 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
11 Leandro Marcio Rodrigues da Silva Teixeira 8.284.372-6 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
12 Marcos Antonio Ribeiro Raimundo 6.585.019-9 SSP-PR Obras e Urbanismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
13 Pedro Jose do Nascimento 16.245.0024 PR 16245 00024 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
14 Roberto Barbosa dos Santos 7.227.009-6 SSP-PR Defesa Social 2011/2012 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
15 Valdemir Roberto de Oliveira 4.434.284 0001 PR 4434 284 0001 PR Saúde Motorista II 2010/2011 10.09.2012 a 29.09.2012  
16 Valtier Segali 2.000.144 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Gari 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
17 Vilma Barbosa dos Santos 6.679.958-1 SSP-PR Assistência Social 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.  
PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2012.  
MOACIR SILVA  
Prefeito Municipal  
ARMANDO CORDTS FILHO  
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1711/2012  
Concede férias aos servidores do Município de Umuarama.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,  
R E S O L V E:  
Art. 1º. Conceder férias aos servidores do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:  
ITEM NOME DO SERVIDOR RG CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
1 Adão de Oliveira 6.445.514-1 SSP-PR CTPS SECRETARIA CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
2 Adeline Vieira Barbosa 3.463.237-5 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
3 Alino Lambert 1.813.927 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
4 Carlos Antonio Galvão 2.936.936 PR 2396 0006 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
5 Edilson José de Oliveira Dourado 8.916.449-4 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
6 Francisco Aparecido Pereira da Cruz 5.722.013-9 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
7 Ileana Aparecida Vieira 807.230 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Aux. Serviços Gerais 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
8 João Roberto Finetti 3.961.877-0 SSP-PR Fazenda Fiscal Tributário 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
9 José Antonio do Nascimento 7.591.0026 PR 7591 00026 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
10 Roberto Carlos 6.104.093 PR 6104 0093 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
11 Leandro Marcio Rodrigues da Silva Teixeira 8.284.372-6 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
12 Marcos Antonio Ribeiro Raimundo 6.585.019-9 SSP-PR Obras e Urbanismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
13 Pedro Jose do Nascimento 16.245.0024 PR 16245 00024 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
14 Roberto Barbosa dos Santos 7.227.009-6 SSP-PR Defesa Social 2011/2012 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
15 Valdemir Roberto de Oliveira 4.434.284 0001 PR 4434 284 0001 PR Saúde Motorista II 2010/2011 10.09.2012 a 29.09.2012  
16 Valtier Segali 2.000.144 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Gari 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
17 Vilma Barbosa dos Santos 6.679.958-1 SSP-PR Assistência Social 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.  
PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2012.  
MOACIR SILVA  
Prefeito Municipal  
ARMANDO CORDTS FILHO  
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1712/2012  
Concede férias aos servidores do Município de Umuarama.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,  
R E S O L V E:  
Art. 1º. Conceder férias aos servidores do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:  
ITEM NOME DO SERVIDOR RG CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
1 Adão de Oliveira 6.445.514-1 SSP-PR CTPS SECRETARIA CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
2 Adeline Vieira Barbosa 3.463.237-5 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
3 Alino Lambert 1.813.927 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
4 Carlos Antonio Galvão 2.936.936 PR 2396 0006 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
5 Edilson José de Oliveira Dourado 8.916.449-4 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
6 Francisco Aparecido Pereira da Cruz 5.722.013-9 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
7 Ileana Aparecida Vieira 807.230 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Aux. Serviços Gerais 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
8 João Roberto Finetti 3.961.877-0 SSP-PR Fazenda Fiscal Tributário 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
9 José Antonio do Nascimento 7.591.0026 PR 7591 00026 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
10 Roberto Carlos 6.104.093 PR 6104 0093 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
11 Leandro Marcio Rodrigues da Silva Teixeira 8.284.372-6 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
12 Marcos Antonio Ribeiro Raimundo 6.585.019-9 SSP-PR Obras e Urbanismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
13 Pedro Jose do Nascimento 16.245.0024 PR 16245 00024 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
14 Roberto Barbosa dos Santos 7.227.009-6 SSP-PR Defesa Social 2011/2012 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
15 Valdemir Roberto de Oliveira 4.434.284 0001 PR 4434 284 0001 PR Saúde Motorista II 2010/2011 10.09.2012 a 29.09.2012  
16 Valtier Segali 2.000.144 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Gari 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
17 Vilma Barbosa dos Santos 6.679.958-1 SSP-PR Assistência Social 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.  
PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2012.  
MOACIR SILVA  
Prefeito Municipal  
ARMANDO CORDTS FILHO  
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1713/2012  
Concede férias aos servidores do Município de Umuarama.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,  
R E S O L V E:  
Art. 1º. Conceder férias aos servidores do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:  
ITEM NOME DO SERVIDOR RG CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
1 Adão de Oliveira 6.445.514-1 SSP-PR CTPS SECRETARIA CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
2 Adeline Vieira Barbosa 3.463.237-5 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
3 Alino Lambert 1.813.927 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
4 Carlos Antonio Galvão 2.936.936 PR 2396 0006 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
5 Edilson José de Oliveira Dourado 8.916.449-4 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
6 Francisco Aparecido Pereira da Cruz 5.722.013-9 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
7 Ileana Aparecida Vieira 807.230 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Aux. Serviços Gerais 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
8 João Roberto Finetti 3.961.877-0 SSP-PR Fazenda Fiscal Tributário 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
9 José Antonio do Nascimento 7.591.0026 PR 7591 00026 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
10 Roberto Carlos 6.104.093 PR 6104 0093 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
11 Leandro Marcio Rodrigues da Silva Teixeira 8.284.372-6 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
12 Marcos Antonio Ribeiro Raimundo 6.585.019-9 SSP-PR Obras e Urbanismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
13 Pedro Jose do Nascimento 16.245.0024 PR 16245 00024 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
14 Roberto Barbosa dos Santos 7.227.009-6 SSP-PR Defesa Social 2011/2012 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
15 Valdemir Roberto de Oliveira 4.434.284 0001 PR 4434 284 0001 PR Saúde Motorista II 2010/2011 10.09.2012 a 29.09.2012  
16 Valtier Segali 2.000.144 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Gari 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
17 Vilma Barbosa dos Santos 6.679.958-1 SSP-PR Assistência Social 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 29.09.2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.  
PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2012.  
MOACIR SILVA  
Prefeito Municipal  
ARMANDO CORDTS FILHO  
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1714/2012  
Concede férias aos servidores do Município de Umuarama.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,  
R E S O L V E:  
Art. 1º. Conceder férias aos servidores do Município de Umuarama, em consonância às disposições do Art.134 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme relação abaixo:  
ITEM NOME DO SERVIDOR RG CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
1 Adão de Oliveira 6.445.514-1 SSP-PR CTPS SECRETARIA CARGO PERÍODO DE GOZO PERÍODO DE GOZO  
2 Adeline Vieira Barbosa 3.463.237-5 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 01.09.2012 a 30.09.2012  
3 Alino Lambert 1.813.927 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
4 Carlos Antonio Galvão 2.936.936 PR 2396 0006 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
5 Edilson José de Oliveira Dourado 8.916.449-4 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
6 Francisco Aparecido Pereira da Cruz 5.722.013-9 SSP-PR Defesa Social Vigia 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
7 Ileana Aparecida Vieira 807.230 SSP-PR Serviços Públicos e Rodoviários Aux. Serviços Gerais 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 22.09.2012  
8 João Roberto Finetti 3.961.877-0 SSP-PR Fazenda Fiscal Tributário 2011/2012 2011/2012 10.09.2012 a 09.10.2012  
9 José Antonio do Nascimento 7.591.0026 PR 7591 00026 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
10 Roberto Carlos 6.104.093 PR 6104 0093 PR Saúde Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
11 Leandro Marcio Rodrigues da Silva Teixeira 8.284.372-6 SSP-PR Agríc. Meio Amb. e Turismo Servente Geral 2011/2012 2011/2012 03.09.2012 a 02.10.2012  
12 Marcos Antonio Ribeiro Raimundo 6.585.019-9 SSP-PR Obras e Urbanismo Servente Geral 2011/20









## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná  
LEI Nº 1.646/2012  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ESTABELECEER COM O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ A GESTÃO ASSOCIADA PARA A PRESTAÇÃO, PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO.

ACÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:  
CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Prefeitura Municipal autorizada a estabelecer com o Governo do Estado do Paraná a gestão associada para a prestação, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, integrado pelas infra-estruturas, instalações operacionais e serviços de seu território, em conformidade com o disposto no art. 241 da Constituição Federal, artigo 14, XVIII e 256 da Constituição Estadual, art. 13 da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005; art. 2º, VIII, IX e segs. do Decreto Federal 6.017, de 17 de janeiro de 2007; art. 3, I e segs da Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007; art. 2º, IX do Decreto Federal 7.217, de 22 de junho de 2010; art. 24, XXVI da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993; e art. 40 e segs. da Lei Estadual 16.242, de 13 de outubro de 2009, pelo Convênio de Cooperação com prazo de vigência de trinta (30) anos a contar da sua assinatura, prorrogável por igual período a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação, adução de água bruta, produção de água para abastecimento (tratamento), distribuição (adução), distribuição de água tratada, operação, conservação, manutenção de redes, incluindo as ligações prediais e os instrumentos de medição, coleta, remoção, tratamento e disposição final de esgotos no Município será exercida por meio de delegação de competência, na forma de Contrato de Programa, com exclusividade pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com exclusividade pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, criada pela Lei Estadual 4.684 de 23 de janeiro de 1963, alterada pelas Leis Estaduais 4.878, de 19 de junho de 1964 e 12.403, de 30, de dezembro de 1998, em conformidade com seu Estatuto Social e Leis Federais 11.445/2007, 11.107/2005, 8.666/1993 e 6.987/1995, Decretos Federais 6.017/2007 e 7.217/2010. Lei Estadual 16.242/2009, Decreto Estadual 7.878/2010 e na Lei Orgânica Municipal, observado o regime de prestação regionalizada, na forma da legislação estadual.

§ 2º A gestão associada com o Estado para o exercício das funções de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO será exercida por meio de delegação, na forma de Convênio de Cooperação, pelo Instituto das Águas do Paraná, criado pela Lei Estadual 16.242/2009 e regulamentado pelo Decreto Estadual 7.878/2010 ou por qualquer outra entidade estadual que vier a ser criada para este fim, na forma da lei.

§ 3º No caso de criação de outra entidade reguladora estadual para os serviços de saneamento básico, a regulação e a fiscalização dos serviços já fica a ela delegada, nos termos do parágrafo anterior, devendo ser firmado termo aditivo ao Convênio de Cooperação e ao Contrato de Programa que serão firmados, a fim de contemplar as alterações necessárias.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Programa com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR pelo prazo de trinta (30) anos a contar da data da sua assinatura, prorrogável por igual período a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal para a prestação dos serviços prevista no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

- I - universalização do acesso;
- II - gestão integrada das atividades e infra-estruturas necessárias ao abastecimento de água e à coleta e destinação final adequada de esgotos sanitários;
- III - adoção de métodos técnicos e processos que, sempre que possível, considerem as peculiaridades locais e regionais;
- IV - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o abastecimento de água e o esgotamento sanitário sejam fator determinante;
- V - eficiência e sustentabilidade econômica;
- VI - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- VII - transparência das ações, prestação de contas e de informações;
- VIII - segurança, urbanidade, qualidade e regularidade;
- IX - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
- X - proteção do meio ambiente.

### DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Seção I - Da delegação dos serviços

Art. 4º Para atender ao disposto no art. 2º, visando o interesse público, a eficiência, a eficácia, a sustentabilidade e o equilíbrio econômico e financeiro dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO delegará a sua prestação com exclusividade à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, por meio de Contrato de Programa, autorizado por Convênio de Cooperação a ser firmado com o Estado do Paraná, nos termos do art. 1º desta Lei, observado o regime de prestação regionalizada, na forma da lei.

§ 1º O prazo de vigência do Contrato de Programa será de trinta (30) anos, a contar da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante termo aditivo.

§ 2º A delegação a que se refere este artigo abrange toda a área urbana do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, em regime de exclusividade, podendo ser alterada, de comum acordo entre as partes, mediante revisão e aditivo contratual, preservado o equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços contratados.

§ 3º As áreas do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO não integrantes das áreas de delegação de prestação dos serviços, o Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO poderá ser transferidas para a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR ser ferme elevadas à condição de distrito e desde que haja viabilidade técnica e condições financeiras de prestar os serviços.

§ 4º As áreas remanescentes podem ainda ser objeto de prestação de serviço em regime de parceria público-privada, na forma de Contrato de Programa - SANEPAR e o Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO e/ou organizações comunitárias locais, consoante previsão do Contrato de Programa a ser firmado.

§ 5º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR sempre terá prioridade em caso de delegação da prestação dos serviços a que se referem os §§ 3º e 4º e poderá ser pretendida se ela manifestar expressamente o desinteresse na operação destes.

Art. 5º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR poderá realizar os serviços de que trata a presente Lei, diretamente ou por terceiros autorizados por ela, entidades públicas ou privadas, na forma da lei.

Art. 6º O Estado do Paraná, através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, fica autorizada a instaurar os procedimentos necessários a promover, na forma da legislação vigente, desapropriação por utilidade pública e estabelecer prestação de bens ou direitos necessários à operação e expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a partir do momento em que as indenizações cabíveis, sendo que, por acordo, o Município poderá arcar com este ônus.

§ 1º O Poder Executivo Municipal, mediante solicitação fundamentada da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, declarará previamente por Decreto de autorização pública a prestação dos serviços de saneamento e a administração dos bens imóveis ou direitos necessários à implantação ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, de acordo com os projetos correspondentes.

§ 2º Caso o Poder Executivo Municipal se recuse ou se omita com relação à obrigação contida no parágrafo anterior, a Prefeitura Pública nele referida poderá ser decretada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 3º Para a realização dos serviços prestados com base nesta Lei, fica a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR autorizada a utilizar, sem nenhum ônus, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecidas servidões de passagem de estradas, caminhos e vias públicas específicas.

Art. 7º Durante o prazo da delegação e na sua área de abrangência, o parcelamento do solo sob a forma de loteamento ou desmembramento, ou a criação de condomínios, somente serão autorizados pelo Poder Executivo, desde que incluam as redes de água e esgotos executadas pelos empreendedores, com os projetos específicos aprovados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

O proprietário do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá sem nenhum ônus à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, as redes de água e de esgotos implantadas nos empreendimentos, bens estes não indenizáveis pelo Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO em caso de reversão do patrimônio.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a transferir sem nenhum ônus à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, os bens de propriedade do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, necessários à ampliação dos sistemas de água e esgotos prestados através do Contrato de Programa que será firmado.

Parágrafo único. Também está autorizado o Chefe do Poder Executivo a transferir a operação dos distritos ou sistemas individuais previstos no § 3º do art. 4º desta Lei, inclusive com a doação dos bens necessários para a prestação dos serviços mediante Termo Aditivo ao Contrato de Programa que será firmado.

Art. 9º O Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO reconhece que os bens e direitos vinculados aos serviços existentes até a data da publicação desta Lei são de propriedade da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e estão registrados no seu ativo imobilizado.

Parágrafo único. O valor do imobilizado técnico e dos financiamentos e empréstimos previstos na planilha de cálculo de prestação de serviços do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO em unidade de referência.

CAPÍTULO IV  
DAS REGULAÇÕES

Art. 23 O exercício das funções de regulação e fiscalização será delegado para entidade reguladora estadual, nos termos da legislação estadual e do que prevê o § 2º do art. 1º desta Lei, a qual deverá atuar com base na legislação federal correlata e nos princípios de eficiência, economicidade, celeridade e objetividade de suas decisões sempre obrigatório.

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários, por meio de Decreto editado pelo Executivo Estadual ou Federal, de acordo com o plano de gestão da entidade reguladora; II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas no Convênio de Cooperação e no Contrato de Programa correlato; e III - prevenir e reprimir os abusos de poder econômico.

Art. 24 Por se tratar de prestação regionalizada, os direitos e obrigações dos usuários e da concessionária são aqueles expressos na legislação estadual correlata e no Contrato de programa que será firmado entre o Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 25 A atuação da entidade reguladora se dará nos termos da Lei Estadual 16.242/2009 e do Decreto Estadual 7.878/2010, ou outro dispositivo que venha a substituí-los ou complementá-los, sendo que eventual intervenção pelo Município deve ser precedida da indicação da Entidade Reguladora, nos termos e limites previstos no Contrato de Programa que será firmado.

Art. 26 Fica convencionado todos os atos praticados durante o período de precatoriedade da concessão, convalidadas as cláusulas e condições do Contrato de Concessão 387/3, até a data da celebração do Contrato de Programa autorizado nesta Lei.

Art. 27 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, em 28 de agosto de 2012.

CLAUDIO APARECIDO ALVES PALOZ  
Prefeito Municipal

Art. 28 O Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO deverá instituir por Decreto do Poder Executivo, Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, formado por representação do Poder Executivo, dos Usuários, da Companhia de Saneamento do Paraná e da Sociedade, que atuará conjuntamente junto à Entidade Reguladora do Contrato de Programa e que exercerá o controle social dos serviços públicos de água e esgoto.

Parágrafo único. Enquanto não for criado este Comitê, o Poder Executivo exercerá esta função.

Art. 27 Enquanto não for firmado o Convênio de Cooperação entre o Estado do Paraná e o Município SÃO JORGE DO PATROCÍNIO e o respectivo Contrato de Programa entre a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e o Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, na forma autorizada por esta Lei, a SANEPAR prestará os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na condição de permissãoária, mantidas as condições do Contrato de Concessão 387/3, de 28/09/1993.

§ 1º A prestação dos serviços será de acordo com a Lei Federal 11.445/2007, 11.107/2005, 8.666/1993 e 6.987/1995, Decretos Federais 6.017/2007 e 7.217/2010, Lei Estadual 16.242/2009 e o Decreto Estadual 7.878/2010, com as Leis Estaduais de criação da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e do Instituto das Águas do Paraná e com os Decretos Estaduais 3.926/1988, 495/2011, 3839/2012 ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los ou complementá-los.

§ 2º O planejamento estadual que deve ser adotado como parâmetro para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico adotado pelo Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, em função do plano de gestão do município de saneamento do Paraná - SANEPAR (Constituição do Município de Saneamento do Paraná - SANEPAR, criada pela Lei Estadual 4.684 de 23 de janeiro de 1963, alterada pelas Leis Estaduais 4.878, de 19 de junho de 1964 e 12.403, de 30, de dezembro de 1998, em conformidade com seu Estatuto Social e Leis Federais 11.445/2007, 11.107/2005, 8.666/1993 e 6.987/1995, Decretos Federais 6.017/2007 e 7.217/2010. Lei Estadual 16.242/2009, Decreto Estadual 7.878/2010 e na Lei Orgânica Municipal, observado o regime de prestação regionalizada, na forma da legislação estadual).

§ 3º A tarifa mínima será de pelo menos dez metros cúbicos (10 m³) mensais de consumo de água por usuário e de pelo menos dez metros cúbicos (10 m³) mensais de água para esgoto será fixada com base em percentual da tarifa de água, o qual será fixado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual no mesmo dispositivo que define o valor das tarifas, percentual este que nunca será inferior a oitenta por cento (80%).

§ 4º A concessionária tarificará de forma diferenciada para a população de baixa renda, com base nos critérios para a caracterização de famílias de baixa renda definidos pelo Decreto Estadual 2.460/2004 ou por outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§ 5º Em situação crítica de escassez motivada por estiagem, contaminação de recursos hídricos ou outro fato extraordinário que obrigue a adoção de racionamento ou redução de produção a níveis não compatíveis com o sistema, além das medidas previstas no Decreto Estadual 3.926/1988 e demais normas regulamentadoras, poderá ser adotada tarifa especial de contingência, com o objetivo de restringir o consumo e cobrir eventuais custos adicionais, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços contratados.

§ 6º O consumo verificado nas ligações de instalações públicas municipais será tarifado com bonificação de cinquenta por cento (50%) sobre a tarifa normal, conforme regulamentação prevista em contrato especial de consumo a ser firmado entre o Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no qual, para fins de evitar desperdício de água, haverá expressa previsão de que a bonificação está limitada a média histórica de consumo mensal do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO (últimos dez meses anteriores a data de assinatura do contrato), sendo o volume excedente à média, faturado pela tabela normal de tarifa, bonificação esta que está condicionada ao pagamento pontual das respectivas contas.

§ 7º O Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO deverá prover em seu orçamento os pagamentos das tarifas devidas por seus entes, banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados ou de sua responsabilidade de faturação.

Art. 10 A relação de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO é responsável pelo pagamento da tarifa relativa ao consumo registrado nos hidrantes localizados em área pública, a qual será faturada nos mesmos termos do § 6º.

§ 9º O Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO será responsável pela autorização para prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em áreas de ocupação irregular, bem como pelo pagamento das respectivas tarifas.

§ 10º A responsabilidade pelas dividas decorrentes dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR é do proprietário do imóvel matriculado junto a SANEPAR, em especial quando não houver pagamento por parte de inquilinos.

Art. 14 As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de trinta (30) dias com relação à sua aplicação.

Art. 15 É vedado à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR conceder isenção de tarifas e custo de seus serviços, consoante legislação estadual correlata.

Seção IV - Das interrupções

Art. 16 Além das situações previstas no Decreto Estadual 3.926/1988 e demais normas regulamentadoras, os serviços prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens, especialmente as que colorem em risco a saúde da população ou de trabalhadores dos serviços de saneamento básico;

II - necessidade de qualquer reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de medição de água consumida, inclusive nos casos de lote alternativa, após ter sido previamente avisado a respeito;

IV - negativa de qualquer pagamento, modificação ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

V - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do complemento-III;

Seção V - Das ligações

Art. 17 É obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, em que o serviço estiver disponível e por isso sujeito ao pagamento de tarifa pelo serviço posto à disposição, mesmo que ainda não esteja efetivada a ligação, o que ocorrer de qualquer natureza, inclusive aparelho eliminador de ar, na rede pública que vai até o cavalete (incluindo este), após ter sido notificado para retirá-lo;

V - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do complemento-III;

Seção V - Das ligações

Art. 17 É obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, em que o serviço estiver disponível e por isso sujeito ao pagamento de tarifa pelo serviço posto à disposição, mesmo que ainda não esteja efetivada a ligação, o que ocorrer de qualquer natureza, inclusive aparelho eliminador de ar, na rede pública que vai até o cavalete (incluindo este), após ter sido notificado para retirá-lo;

§ 2º A Vigilância Sanitária Municipal, por solicitação da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, exercerá seu poder de polícia e notificará o proprietário ou morador do imóvel objetivando o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no Decreto Federal 7.217/2010 e no Decreto Estadual 5.711/2002, sob pena de aplicação de multa administrativa, quando necessário, submetendo-se a legislação fiscal e tributária do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO relativamente a seus bens e serviços, respeitado o ordenamento jurídico nacional e estadual, em especial o que dispõe o item "a", do inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal.

Seção VII - Da extinção

Art. 19 Não ocorrendo a prorrogação do Contrato de Programa ou advindo a extinção deste contrato, o acervo dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário somente será revertido ao patrimônio do Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO depois desde assumir previamente a responsabilidade pelo pagamento dos investimentos financeiros não revertidos na data da transferência do acervo e indenizar previamente a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR pelo valor contábil das parcelas dos investimentos ainda não amortizados, remunerados ou depreciados na vigência do contrato, contemplados também os bens e direitos do Contrato de Concessão anterior, consoante art. 3º deste Lei, e respeitados os Estatutos da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a indenização prévia e a assunção dos financiamentos pelo Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO prevista no caput deste artigo a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR continuará a prestar os serviços de água e esgoto, respectivamente, até o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

CAPÍTULO III  
DO PLANEJAMENTO

Art. 21 A prestação dos serviços observará o Plano Municipal de Saneamento Básico, que deverá ser compatível com planejamento estadual desenvolvido pelo ente de Administração Estadual competente, sendo uniforme com relação a fiscalização, regulação e fixação de tarifa para o conjunto dos Municípios atendidos pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, observado o plano de saneamento de cada Município.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Saneamento Básico de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO observará a legislação correlata e as metas e objetivos a serem fixados no Contrato de Programa que será firmado com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 20 Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quando ocorrer o momento em que a empresa concessionária for desestatizada, ou, por qualquer outro meio, deixar de integrar a Administração Pública do Estado do Paraná.

## PREF MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Relatório de Detalhes  
Cadastro: 6.828.4 até 6.828.4  
Licitação: Pregão - 000051/2012

Item	Sub-Item	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Fornecedor: SULMED- ARTIGOS HOSPITALARES LTDA.				
36	0	1,00000	20,000,0000	20,000,000
37	0	1,00000	26,200,0000	26,200,000
33	0	1,00000	29,900,0000	29,900,000
34	0	1,00000	39,000,0000	39,000,000
32	0	2,00000	530,0000	1,060,000
1	0	1,00000	1,020,0000	1,020,000
30	0	1,00000	650,0000	650,000
29	0	1,00000	1,100,0000	1,100,000
28	0	1,00000	1,490,0000	1,490,000
27	0	2,00000	560,0000	1,120,000
26	0	2,00000	110,0000	220,000
25	0	1,00000	860,0000	860,000
24	0	1,00000	860,0000	860,000
23	0	5,00000	270,0000	1,350,000
22	0	10,00000	150,0000	1,500,000
21	0	1,00000	90,0000	90,000
20	0	1,00000	330,0000	330,000
19	0	15,00000	95,0000	1,425,000
18	0	4,00000	215,0000	860,000
17	0	15,00000	1,520,0000	22,800,000
16	0	3,00000	860,0000	2,580,000
15	0	90,00000	90,0000	8,100,000
14	0	15,00000	110,0000	1,650,000
13	0	2,00000	240,0000	480,000
12	0	2,00000	480,0000	960,000
11	0	14,900,0000	10,0000	149,000,000
10	0	1,00000	570,0000	570,000
9	0	1,00000	4,500,0000	4,500,000
8	0	1,00000	10,900,0000	10,900,000
7	0	1,00000	270,0000	270,000
6	0	1,00000	450,0000	450,000
5	0	1,00000	15,000,0000	15,000,000
4</				

## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL N.º 107/95  
Rua Vicente Balan, 22 Fone: (0X) 44 3645-10.43  
CEP: 85.990-100 TERRA ROXA PARANÁ

Resolução nº 010/2012  
Súmula: Aprovar Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira do Sistema Único da Assistência Social – SUAS-2011, para prestação de contas do Co-financiamento Federal das ações Continuadas de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Portaria 459, de 09 de Janeiro de 2005 que dispõe sobre a forma de Repasses dos Recursos do Co-financiamento Federal das Ações Continuadas da Assistência Social e suas prestações de Contas por meio do SUAS/SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Ampla discussão pelos membros do Conselho presentes, por unanimidade;  
A deliberação da plenária realizada em reunião ordinária em data de 29 de Agosto de 2012, sob a ata 07/2012, RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira do Sistema Único da Assistência Social – SUAS-2011, para prestação de contas do Co-financiamento Federal das ações Continuadas de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/SUAS.

**EXECUÇÃO FINANCEIRA**

1- Recursos do co-financiamento federal -FNAS R\$ 113.625,18  
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA R\$ 95.521,59  
Piso Básico Fixo R\$ 54.000,00  
Piso Básico Variável II R\$ 12.000,00  
PROJovem Adolescente – PBV I R\$ 29.521,50  
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL R\$ 18.103,68  
Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 18.103,68

1.2 Rendimentos de Aplicação Financeiras dos Recursos transferidos pelo FNAS R\$ 4.950,62  
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA R\$ 4.564,76  
Piso Básico Fixo R\$ 3.072,80  
PROJovem Adolescente – PBV I R\$ 345,41  
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL R\$ 1.146,55  
Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 385,86

1.3 Recursos Financeiros gastos no âmbito do SUAS R\$ 52.301,88  
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA R\$ 34.198,41  
Piso Básico Fixo R\$ 21.852,79  
Piso Básico Variável II R\$ 12.345,41  
PROJovem Adolescente – PBV I R\$ 0,00  
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL R\$ 18.103,68  
Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 18.103,68

1.4 Saldo Financeiro apurado no exercício R\$ 66.273,92  
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA R\$ 65.888,06  
Piso Básico Fixo R\$ 35.220,01  
Piso Básico Variável II R\$ 0,00  
PROJovem Adolescente – PBV I R\$ 30.668,05  
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL R\$ 385,86  
Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 385,86

2. RECURSOS DE CO-FINANCIAMENTO ESTADUAL E MUNICIPAL R\$ 1.191.206,90  
2.1 Recursos Próprios Alocados R\$ 1.191.206,90  
2.2 Recursos Transferidos FEAS R\$ 30.275,00

III RESTOS A PAGAR R\$ 66.273,92  
1. Saldo Financeiro do Exercício de 2011 R\$ 66.273,92  
1.1 Recursos inscritos em Restos a Pagar para 2012 R\$ 0,00  
1.2 Saldos Disponíveis para Exercício de 2012 referente a recursos de 2011 R\$ 66.273,92  
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA R\$ 65.888,06  
Piso Básico Fixo R\$ 35.220,01  
Piso Básico Variável II R\$ 0,00  
PROJovem Adolescente – PBV I R\$ 30.668,05  
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL R\$ 385,86  
Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 385,86

IV REPROGRAMAÇÃO R\$ 0,00  
1. Saldos referentes aos exercícios anteriores R\$ 49.740,29  
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA R\$ 49.740,29  
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL R\$ 360,53  
1.2 Rendimentos de Aplicação Financeira dos Saldos, no ano de 2011 R\$ 0,00  
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA R\$ 0,00  
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL R\$ 0,00  
1.3 Recursos oriundos da reprogramação gastos por nível no exercício de 2011 R\$ 9.311,21  
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA R\$ 9.311,21  
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL R\$ 0,00  
1.4 Saldos após a execução de reprogramação, apurado no exercício de 2011 R\$ 40.789,61  
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA R\$ 40.429,08  
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL R\$ 360,53

**EXECUÇÃO FÍSICA**

Ação Orçamentária	Publico	Ref. Pactuação	Otd Executada	Piso Básico Fixo
Proteção Social Básica	Programa de Atenção Integral à Família – PAIF	2500	2500	180
Família Referenciada	Programa de Atenção Integral à Família – PAIF	2500	2500	180
Serviços Específicos de Proteção Social Básica	Programa de Atenção Integral à Família – PAIF	677	638	0
Serviços Socioeducativos para Jovens de 15 a 17 anos	Projovem Adolescente – PBV I	2	2	0
Proteção Social Especial	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	180	180	0
Proteção Social Especial	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	0	0	36

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor a partir da data de publicação.  
Terra Roxa, 29 de Agosto de 2012  
Silvana Macarini Souza  
Presidente do CMAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná  
NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento às disposições da Lei Federal n.º 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais, os quais podem ser conferidos no site [www.tuneirasdoeste.pr.gov.br](http://www.tuneirasdoeste.pr.gov.br) no link contas, entidades e partidos políticos, recebimentos de recursos.

24/08/2012	SAÚDE BUCAL – SB	6.690,00
28/08/2012	COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS	1.261,43

Tuneiras do Oeste, 29 de agosto de 2012.

LUZ ANTONIO KRAUSS  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná  
EXTRATO 1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2011  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2011  
PROCESSO LICITATORIO PREGÃO PRESENCIAL – SRP - N.º 52/2011  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE  
CONTRATADA: L. BLANCO & BLANCO LTDA  
CNPJ: 82.337.502/0001-77  
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto o acréscimo permitido pela Lei nº 8666/93, art. 65, § 1º (de até 25%), na ordem de 25% (vinte e cinco por cento)  
FORNECIMENTO: PARELADO  
DATA DA ASSINATURA: 29 de Agosto de 2012  
FOR: COMARCA DE CRUZALDO DO OESTE  
Tuneiras do Oeste, 29 de Agosto de 2012  
Luiz Antonio Krauss  
Prefeito Municipal

## COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL DO PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS

A Comissão executiva do Programa Leite das Crianças vem por meio deste informar a reformulação do Comitê Gestor Municipal:

Ata nº 008/2012

Aos vinte e nove dias do mês de Agosto do ano de dois mil e doze, nas dependências do Departamento de Assistência Social do Município de Xambê, reuniram-se representantes da sociedade civil organizada e os membros do comitê gestor atual do Programa Leite das Crianças para a reformulação do Comitê Gestor Municipal levando em consideração as orientações da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social no que tange a Resolução nº 069/2009 de 06 de novembro de 2009. A Senhora Marly Cristina Biaça Campanholi fez as considerações necessárias e a seguir, passou-se a composição do Comitê Gestor que ficou assim constituído:

Representante do Governo Estadual: Helena Cristina Martins Rosa

Suplente: Ogilda Araújo de Oliveira

Representante da secretaria municipal de saúde: Michele Gozalan Stel

Suplente: Leidiane Rodrigues de Medeiros

Representante da Secretaria e do Bem Estar Social: Juliana Moreira

Suplente: Andréa Sefrian Martins

Representantes da Sociedade Civil:

- APMI: Marly Cristina Biaça Campanholi
- Suplente: Ludmila da Silva Ferré
- Pastoral da Criança: Josefina Libório Martins
- Suplente: Nair de Paula Ferrazere
- Sindicato Rural: Maria Inês Silveira
- Suplente: Regiani Helenir de Souza Morelli
- Igreja Evangélica: Rute Oliveira Teixeira Biasoto
- Suplente: Antonia Francisca Peixoto Homem
- Igreja Católica: Maria Odete Rodrigues Bernardelli
- Suplente: Erzeli Teixeira dos Santos
- APMF – Esc. M. Wallace T. de M. e Silva: Rosicléia Cecília Ferreira
- Suplente: Neuzá de Freitas Ribeiro

Nada mais havendo a constar, encerra-se esta ata que será assinada pelos presentes.

Xambê, 29 de Agosto de 2012.

## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS

Avenida Apucarana, 3640 CEP: 87.501-230 Umarama-PR  
Fone: (44) 3906-1092  
RESOLUÇÃO Nº. 18/2012  
Súmula: Apreciação e Aprovação do plano de aplicação do Projeto PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Umarama, no uso de suas atribuições que lhe confere a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e da Lei Municipal nº 2.217 de 09 de julho de 1.999, considerando a deliberação em Reunião Ordinária deste Conselho no dia 29 de agosto de 2012, às 8 horas na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos de Umarama, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o plano de aplicação do Projeto PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, conforme demonstram as tabelas abaixo:

**PLANO DE APLICAÇÃO**

**RECURSOS DO FEAS**

Natureza	Descrição dos itens	Quant. de itens	Valor	
Unitário	Valor total			
Equipamentos	Veículo de Passeio com 02 portas 01		R\$ 22.000,00	R\$ 15.600,00
Custeio	Serviços de terceiros (pessoa jurídica)			
	- contratação de curso de violão	01	R\$ 1.300,00	R\$ 15.600,00
Total			R\$ 31.200,00	

**CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE**

Natureza	Descrição dos itens	Quant. de itens	Valor	
Unitário	Valor total			
Equipamentos	Veículo de Passeio com 02 portas 01		R\$ 22.000,00	R\$ 6.400,00
Total			R\$ 6.400,00	

Art. 2º - Esta ação foi amplamente discutida e aprovada pelos conselheiros presentes.  
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.  
Umarama, 29 de agosto de 2012.  
Eldiamara Simões Nunes  
Presidente do CMAS de Umarama

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARAMA

Estado do Paraná  
NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
24/08/2012	FNS / Atenção Básica	R\$ 22.300,00
27/08/2012	FNS / Média e Alta Complexidade	R\$ 2.713,78
28/08/2012	FNS / Atenção Básica	R\$ 4.632,77
28/08/2012	FNS / Média e Alta Complexidade	R\$ 15.608,00
28/08/2012	FNS / Média e Alta Complexidade	R\$ 8.395,20
28/08/2012	FNS / Média e Alta Complexidade	R\$ 18.000,00

PAÇO MUNICIPAL, 29 de agosto de 2012.  
MOACIR SILVA  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARAMA

Estado do Paraná  
NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
28/08/2012	FUNDEB	R\$: 13.163,12
29/08/2012	FUNDEB	R\$: 2.680,51
29/08/2012	FUNDEB	R\$: 11.234,84
29/08/2012	FUNDEB	R\$: 39.477,85

Valores líquidos deduzido Passes e Fundeb.  
PAÇO MUNICIPAL, aos 29 de Agosto de 2012.  
MOACIR SILVA  
Prefeito Municipal

## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS

Avenida Apucarana, 3640 CEP: 87.501-230 Umarama-PR  
Fone: (44) 3906-1092  
RESOLUÇÃO Nº. 16/2012  
Súmula: Apreciação e Aprovação do Demonstrativo Sintético da Execução Físico - Financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do ano de 2011, referente aos recursos do IGD/ Bolsa Família.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Umarama, no uso de suas atribuições que lhe confere a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e da Lei Municipal nº 2.217 de 09 de julho de 1.999. Reunido em reunião ordinária no dia 09 de agosto de 2012, na sala de reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Anual da Execução Físico-Financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - ano 2011, referente aos recursos do IGD/ Bolsa Família conforme demonstra abaixo:

Recursos de incentivo à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD

Recursos reprogramados de exercícios anteriores (incluindo rendimentos): R\$ 4.729,81;

Valores recebidos no exercício: R\$ 46.811,66;

Rendimentos de aplicações no mercado financeiro no exercício: R\$ 388,28;

Valores não aprovados pelo Conselho e devolvidos para a conta do Fundo: R\$ 0,00;

Valores efetivamente executados no exercício: R\$ 33.836,04.

Saído a reprogramar para o exercício seguinte: R\$ 18.293,71.

Art. 2º - A Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família analisou as prestações de contas referentes ao exercício de 2011 no qual foram encaminhadas a este Conselho com as respectivas notas fiscais, contratos e convênios.

Art. 3º - Esta decisão foi amplamente discutida e aprovada pela Plenária do CMAS.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.  
Umarama, 09 de agosto de 2012.  
Eldiamara Simões Nunes  
Presidente do CMAS de Umarama

## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS

Avenida Apucarana, 3640 CEP: 87.501-230 Umarama-PR  
Fone: (44) 3906-1092  
RESOLUÇÃO Nº. 17/2012  
Súmula: Apreciação e aprovação da alteração no Plano de Aplicação 2012 do IGD/Programa Bolsa Família.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Umarama, no uso de suas atribuições que lhe confere a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e da Lei Municipal nº 2.217 de 09 de julho de 1.999, considerando a deliberação em Reunião Ordinária deste Conselho no dia 29 de agosto de 2012, às 8 horas na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos de Umarama, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração no Plano de Aplicação 2012 do Índice de Gestão Descentralizado - IGD/Programa Bolsa Família, como demonstram as tabelas abaixo:

CRAS/PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADO - IGD

RESOLUÇÃO: JUNHO A DEZEMBRO/2012

FONTE VALOR MENSAL

31917 R\$ 10.555,32

DESCRIÇÃO VALOR ANUAL

Material de consumo R\$ 8.000,00

Outros serviços de 3ª Pessoa Jurídica R\$ 22.114,45

Equipamento e Material Permanente R\$ 37.876,55

Outros serviços de 3ª Pessoa Física R\$ 5.916,95

Passagens e despesas com locomoção R\$ 879,25

Total R\$ 73.887,24

Umarama, 29 de agosto de 2012.  
Eldiamara Simões Nunes  
Presidente do CMAS de Umarama

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2012 (CONCURSO 01/2012)

O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO

1 - a convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovado no Concurso Público Municipal realizado em 23/03/2012, homologado pela Portaria Nº 58/2012.

2 - que os candidatos deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, sito à Rua Santos Dumont nº 341, fundos, até o dia 05 de Setembro de 2012.

3 - Que os candidatos deverão apresentar-se munidos dos seguintes documentos:

- xerox e original da Carteira de Casamento ou Nascimento;
- xerox e original do CPF ou CIC;
- xerox e original da Cédula de Identidade (RG);
- xerox e original do PIS ou PASEP;
- xerox e original do Título Eleitoral;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;
- xerox e original do comprovante de votação ou documento que o substitua;
- atestado de aptidão física e mental, emitido pela junta médica do Município;
- Original Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Documento comprobatório do Grau de Escolaridade;
- 01 (uma) foto 3x4
- Xerox da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

4 - CARGO: ALY, ADMINISTRATIVO 40 HORAS/SEMANAIS  
Nº Ord. NOME

0 3 - MATEUS VIEIRA DA SILVA

0 3 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40 HORAS/SEMANAIS  
Nº Ord. NOME

0 1 - ELZA OLIVEIRA PUGA

0 1 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS/SEMANAIS  
Nº Ord. NOME

0 1 - MARIA DO CARMO DE MORAES GONÇALVES NETO  
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 29 DE AGOSTO DE 2012.  
GERSON MARIO NEGRISOLI  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná  
DECRETO Nº 082/2012

Adjuvica e Homologa realização de Leilão e 4 outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º Fica adjudicada e homologada a ATA de realização do Leilão nº 002/2012, realizado em 06 de agosto de 2012.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, aos 22 de agosto de 2012.  
GERSON MARIO NEGRISOLI  
Prefeito Municipal

**ATA DE REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS**  
LEILÃO Nº 02/2012

As 14:30 (catorze e trinta) horas do dia 06 (seis) do mês de agosto do ano de 2012 (dois e doze) reuniram-se os senhores: Flávio Aparecido Campos na qualidade de leiloeiro e Domingos Teixeira D'Ávila na equipe de apoio, o primeiro designado como Leiloeiro através da Portaria nº 064/2012 de 13 de julho de 2012. Iniciando os trabalhos exatamente às 14:30 (catorze e trinta) horas o senhor Flávio Aparecido Campos agradeceu a presença de todos e deu início a finalidade do evento sendo a de proceder o leilão dos seguintes bens móveis considerados inservíveis ao município como segue: LOTE 01) Veículo MISS/CAMIONETE, Volkswagen, tipo KOMBI, chassi 9BWGB07X51P002188, ano/modelo 2000/2001, placa A1QJ-7570, avaliação em R\$ 2.000,00 (dois mil reais); lote 02) PA-CARRIGEATEIRA, CATERPILLAR 930, ano 1982, série 71H02456/242261, motor 46V08868/2Y2415, avaliação em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), os bens acima mencionados foram avaliados pela Comissão Especial de Avaliação designada pela Portaria nº 055/2012, de 03 de julho de 2012. No ato seguinte o leiloeiro senhor Flávio Aparecido Campos passou a leiloar os bens que foram arrematados pelo seguinte ordem: LOTE 01) MISS/CAMIONETE, Volkswagen, chassi 9BWGB07X51P002188, não houve oferta; LOTE 02) Pa-Carrigeateira, Caterpillar, 930, ano 1982, série 71H02456/242261, pelo valor de R\$ 31.150,00 (trinta e um mil, cento e cinquenta reais) arrematado por SEBASTIÃO DE OLIVEIRA RAMOS, conforme demonstrativo dos lances constantes do Anexo I, desta ATA. Nada mais havendo a leiloar e a tratar o senhor Presidente Flávio Aparecido Campos esclareceu aos compradores dos veículos que os mesmos deveriam se dirigir até a Prefeitura Municipal para procederem os recolhimentos dos valores referentes aos bens leiloados. E nada mais havendo a tratar o Leiloeiro encerrou os trabalhos, de cuja reunião foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada correta é assinada.

FLÁVIO APARECIDO CAMPOS  
Leiloeiro

DOMINGOS TEIXEIRA D'ÁVILA  
Equipe de apoio

SEBASTIÃO DE OLIVEIRA RAMOS SEBASTIÃO ROBERTO DOS SANTOS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATORIO Nº 59/2012  
Pregão Nº 27/2012  
DATA DA ABERTURA: Quarta-Feira, 12 de Setembro de 2012.  
HORÁRIO: 10:00horas  
LOCAL: EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de pedreiro para reparos e manutenção das instalações das escolas municipais e Concertos no Calçadão da Avenida Brasil na sede do município. Órgão solicitante Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e Secretaria Municipal de Administração. Especificações conforme o Anexo I do Presente Edital.  
TIPO: Menor preço  
MODO DE CONTRATAÇÃO: Global  
PREÇO MÁXIMO VALOR DA DESPESA POR EXTENSO R\$ 3.170,00 três mil cento e setenta reais  
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme a retrada - 30 dias após a emissão da Nota Fiscal  
Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, pelo telefone (44) 3656-1383 ou no Departamento de Licitações, desta Prefeitura Municipal, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 11:30 horas.  
Alto Piquiri, Quarta-Feira, 29 de Agosto de 2012.  
GERSON MARIO NEGRISOLI  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná  
HOMOLOGAÇÃO  
DECRETO Nº 83/2012

Homologa julgamento proferido no Processo Licitatório Pregão nº 24/2012, dando outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais; DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 002/2012 de 02/01/12, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de Pregão nº 24/2012, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de combustível sendo: Gasolina, para abastecimento da frota rodoviária municipal. Órgão solicitante Secretaria Municipal de Administração. Especificações conforme o Anexo I do Presente Edital.

Art. 2º Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.

PROponente: VALOR TOTAL  
JM COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - MERS 96.250,00 noventa e seis mil duzentos e cinquenta reais

Art. 3º Pelo presente, fica inimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
PAÇO MUNICIPAL, Quinta-Feira, 23 de Agosto de 2012  
GERSON MARIO NEGRISOLI  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná  
REPLICADO POR INCORREÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2012  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO  
CONTRATADA: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA  
OBJETO: Aquisição de 04 (quatro) Veículos de fabricação nacional, sendo 02 (dois) do tipo passeio, 01 (um) do tipo utilitário e 01 (um) do tipo ambulância, ambos 0 km, para uso exclusivo das Secretarias de Saúde e de Administração do Município de Alto Paraíso.

VALOR: R\$ 146.170,00 (Cento e Quarenta e Seis Mil, Cento e Setenta Reais).  
Data: 31 de Dezembro de 2012.  
FORUM: Comarca de Xambê.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2012  
ORDEM CRONOLÓGICA: 107/2012  
ÓRGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, PARA O HOSPITAL MUNICIPAL ANGELO LOPES, DESTA MUNICÍPIO.  
MODALIDADE: PROCESSO LICITATORIO Nº 072/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2012. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.  
VALIDADE DA ATA: ATÉ 31/12/2012, A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.  
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SULMED – ARTIGOS HOSPITALARES LTDA.  
A ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site [www.terraroxa.pr.gov.br](http://www.terraroxa.pr.gov.br), no link Licitações.  
Terra Roxa Paraná, 28 de agosto de 2012.  
DONALDO WAGNER  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná  
EXTRATO DE CONTRATO  
ORDEM CRONOLÓGICA: 108/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA  
CONTRATADO: BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA - ME  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL (LIXO HOSPITALAR) DE RESÍDUOS CLASSE I (RESÍDUOS PERTENCENTES AOS GRUPO "A" INFECTANTE, GRUPO "B" QUÍMICOS E GRUPO "E" PERFUROCORTANTE) PARA QUE SEJAM ENCAMINHADOS PARA DESTINAÇÃO FINAL QUE ATENDA OS REQUISITOS, ALEM DOS PADROES TECNICOS DA ABNT E NORMATIVAS AMBIENTAIS VIGENTES. EM CONFORMIDADE COM A RESOLUCAO DA ANVISA - RDC 306/04, JUNTAMENTE COM A RESOLUCAO Nº 358/04 DO CONAMA E RESOLUCAO CONJUNTA SEMA/SESA 002/05, QUE DEFINEM AS DIRETRIZES, CONFORME PROCESSO LICITATORIO Nº. 070/2012, PREGAO PRESENCIAL Nº. 049/2012.  
VALOR: R\$ 3.492,50 (Trs mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).  
PRAZO: Terá vigência até 31/12/2012.  
Terra Roxa Paraná, 28 de agosto de 2012.  
DONALDO WAGNER  
BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA - ME

## PREFEITURA DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná  
LEI Nº 124/2012  
SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação, na LOA 2012, inclusão no PPA 2010-2013, do Município de Tuneiras do Oeste e dá outras Providências.  
A CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, Estado do Paraná, aprovou o Projeto de Lei nº 142/2012, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono e Promulgo a seguinte lei:

LEI Nº 124/2012

Art. 1º Esta Lei autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação, no orçamento do exercício de 2012, inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2012 e no Plano Plurianual de 2010-2013 do Município de Tuneiras do Oeste, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e inclusão de fonte na natureza da despesa, na seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 08.000 – Departamento de Ação Social  
Unidade Orçamentária: 08.005 – Fundo Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente

Função: 08 – Assistência Social  
Sub - Função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente  
Programa: 0005 – Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social  
Projeto: 5.001 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente  
Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 100.000,00  
Fonte e especificação: 1214/31776 – Aquisição de Veículo Van

Art. 2º. Como fonte de recursos, para cobertura do crédito adicional especial, constante do art. 1º desta Lei, o Executivo Municipal usará o excesso de arrecadação da fonte de recursos a ser creditado conforme cronograma do Plano de Trabalho cadastrado no SICONV sob nº 014775/2012 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Art. 3º. O valor arrematado com as aplicações financeiras dos recursos do referido Programa, será incluso no orçamento vigente, por Decreto do Executivo Municipal, como excesso de arrecadação por fonte, obedecendo a dotação acima descrita.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.  
Edifício da Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste, em 29 de agosto de 2012.  
Luiz Antonio Krauss  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUCHA ESTADO DO PARANA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido na Lei Federal numero 9.452/97, NOTIFICAMOS; OS PARTIDOS POLITICOS, SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS, do Município.Quanto ao recebimento dos seguintes recursos federais:

Periodo de 21/08/2012 a 28/08/2012

Descricao do Recurso	Data	Valor	Total
PAB - VARIAVEL	21/08/2012	49.424,00	
	22/08/2012	6.600,00	